

Editorial

Políticas educacionais em movimento na sociedade democrática⁺

Escrevemos o editorial *BNCC, Reforma do Ensino Médio e BNC-Formação: um pacote privatista, utilitarista minimalista que precisa ser revogado* para o *Caderno Brasileiro de Ensino de Física*, em dezembro de 2021. Hoje, compreendemos que escrevê-lo, naquele período de retrocesso neoconservador e privatista, foi uma forma de resistir, unindo nossas vozes a tantas outras, que sempre lutaram pela educação pública. Cerca de dois anos após a sua publicação, vivenciamos um cenário mais positivo relativo às políticas curriculares e de formação docente do que o que podíamos imaginar naquele momento. Esta mudança de perspectiva foi possível por termos tido a vitória da centro-esquerda no final de 2022.

Como previmos no editorial anterior, a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da Reforma do Ensino Médio (REM) tem provocado efeitos negativos, principalmente, sobre o ensino público. Um dos impactos mais restritivos se refere à redução da carga horária de quase todas as disciplinas, incluindo a Física. Vários outros problemas já foram apontados sobre a implementação da REM, como a falta de professores especializados nas áreas de conhecimento da BNCC e para os itinerários formativos, além da inadequação da estrutura física e tecnológica das escolas.

Outros problemas foram previstos no nosso editorial, quando alertamos que a REM representaria a precarização do currículo e um retrocesso cultural, na medida em que fragmentaria e subtrairia a formação geral dos estudantes. Apesar de todos os problemas que apontamos em relação à implementação dessas políticas curriculares, entendemos que o problema não está em sua implementação, mas em sua concepção de educação, que condena a geração de jovens “a não terem as ferramentas básicas de conhecimento para a cidadania política e econômica” (FRIGOTTO, 2021).

Cassio e Goulart (2022), em uma síntese do dossiê *A implementação do Novo Ensino Médio (NEM) nos Estados*, discutem os impactos do NEM sobre o cotidiano escolar e sobre o trabalho docente e implicações da flexibilização curricular para o acesso dos estudantes ao conhecimento. O dossiê revela, como elementos comuns, a pouca participação da comunidade escolar na elaboração dos conteúdos e na decisão sobre a oferta de itinerários formativos; a presença de um conjunto de atores privados de fundações e institutos privados (os reformadores empresariais) nas fases de implementação do NEM, seja trabalhando com as redes estaduais na formação de equipes, seja na produção de materiais didáticos; o efeito indutor de desigualdades do NEM: as escolas mais pobres sofrem um esvaziamento muito

⁺ Educational policies in movement in democratic society

mais profundo do que as escolas mais privilegiadas. Nas escolas privadas, a reforma não trouxe alterações significativas. Já nas escolas públicas, sua implementação não conseguiu fornecer uma formação geral sólida, pois retira conteúdos e coloca pouco ou nada no lugar. Também não conseguiu formar para o mundo do trabalho, pois oferece um arremedo de ‘qualificação profissional’ muito aquém da Educação Profissional e Tecnológica ofertada nas escolas técnicas estaduais e federais.

Por pressão popular, foi possível, em abril de 2023, a revogação da REM e a suspensão do cronograma de implementação do NEM. Recentemente, o MEC, finalmente, enviou ao Congresso Nacional seu Projeto de Lei do ensino médio, construído a partir de um consenso mínimo com representantes de estudantes, professores e secretários de educação. A principal mudança da proposta, com a qual concordamos, é a obrigatoriedade de 2400 h mínimas dedicadas à formação geral, a principal demanda de estudantes e professores, restando 600 h para a parte diversificada do currículo. Treze componentes são obrigatórios para as 2400 h de formação geral, sendo um deles a disciplina de Física. A expansão da educação em tempo integral é parte dessa proposta e algo que defendemos.

Ainda que a ampliação da carga horária da formação geral seja fundamental, apontamos uma preocupação em relação ao currículo das ciências da natureza, que diz respeito a sua despolitização, herança do mito da neutralidade da ciência (REZENDE, GUERRA, OSTERMANN, 2023). Entendemos que posições supostamente neutras – que precisam ser identificadas e criticadas –, têm desempenhado o papel político de servir aos interesses dos governos neoliberais.

No âmbito da formação docente, consideramos que um avanço será possível a partir da revogação das Diretrizes para a formação de professores aprovadas em 2019. Defendemos a perspectiva de formação das Diretrizes de 2015, construída a partir de consensos entre os educadores profissionais. Por isso, julgamos ser a legislação mais avançada para a formação de profissionais da educação básica. Entretanto, é preciso reconhecer que a docência não se esgota na formação: é preciso assegurar salário digno, condições adequadas de trabalho e progressão na carreira, o que ainda está longe de ser generalizado no horizonte das políticas docentes no país.

As políticas educacionais no Brasil, sejam reformas curriculares para a educação básica ou diretrizes para a formação docente, vêm sendo, historicamente, atravessadas por tensões entre o público e o privado tanto na sua concepção como na sua implementação. Minto (2018) esclarece as dinâmicas distintas dos setores público e privado, no entendimento das reformas educacionais. Para o setor privado, a elaboração de uma legislação educacional representa uma possível reorganização dos seus interesses, principalmente relacionados à ampliação da obtenção de fundos públicos. Já para o setor público, uma política educacional deveria assegurar a educação de qualidade como direito de todos a ser garantido pelo Estado, no contexto de um país com extrema desigualdade social (OSTERMANN, REZENDE, 2021).

É possível interpretar a explicação de Minto (2018), que diz respeito aos papéis dos distintos interesses em confronto na elaboração de reformas educacionais, como um exemplo da dinâmica inescapável por meio da qual a sociedade democrática se desenvolve. O conceito de hegemonia, pensado por Laclau e Mouffe (1987), pressupõe o social como espaço aberto, onde se dão as práticas articulatórias. A luta hegemônica busca então “fixar e universalizar provisoriamente um sentido particular e simultaneamente produzir seu outro antagônico, expelindo-o da cadeia hegemônica” (GABRIEL, 2016, p. 113). A subversão das práticas discursivas hegemônicas se dá nos deslocamentos da fronteira por meio da produção de outros universais e antagonismos criados por outras articulações discursivas. É dentro dessa dinâmica em que as lutas sociais, e em particular, as educacionais, se dão. Entendemos que essa perspectiva nos ajuda a pensar a trajetória das políticas educacionais, em processos articulatórios e embates que procuram fechar um discurso hegemônico, nunca alcançado. Entendendo que a educação – e o ensino de Física em particular –, estão dentro do social, estaremos sempre envolvidos nessas lutas.

Referencias Bibliográficas

CASSIO, F.; GOULART, D. C. A implementação do Novo Ensino Médio nos estados: das promessas da reforma ao ensino médio nem-nem. **Revista Retratos da Escola**, v. 16, n. 35, p. 285-293.

FRIGOTTO, G. **O “novo ensino médio”**: traição à juventude que frequenta a escola pública. Brasil de Fato, Rio de Janeiro, 05 de novembro de 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/11/05/analise-o-novo-ensino-medio-traicao-a-juventude-que-frequenta-a-escola-publica>. Acesso em: 05 nov. 2021.

GABRIEL, C. T. Conhecimento escolar e emancipação: uma leitura pós-fundacional. **Cadernos de Pesquisa**, v. 46, n. 159, p. 104-130, 2016.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonía y estrategia socialista**: hacia una radicalización de la democracia. Madrid, España: Siglo XXI, 1987.

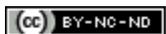
MINTO Educação superior no PNE (2014-2024): apontamentos sobre as relações público-privadas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23 e230011, 2018.

OSTERMANN, F.; REZENDE, F. (2021) Reforma do Ensino Médio e BNC-Formação: um pacote privatista, utilitarista minimalista que precisa ser revogado. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, v. 38, n. 3, p. 1381-1387.

REZENDE, F.; GUERRA, A.; OSTERMANN, F. (2023). Political demands in Brazilian **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, v. 40, n. 3, p. 471-476, dez. 2023.

Science education. In: **Science Education for post-pandemic worlds**. NY: Springer (no prelo).

*Fernanda Ostermann*¹
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
*Flavia Rezende*¹
Universidade Federal do Rio de Janeiro



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/).

¹ E-mails: fernanda.ostermann@ufrgs.br, flaviarezende@uol.com.br